

# XXI Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas

Sessão de Parceria

## **Intervenção do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas do Governo Regional dos Açores**

*Funchal, Região Autónoma da Madeira*

*23 de setembro de 2016*

Em nome do Presidente do Governo dos Açores, Vasco Cordeiro, gostaria de cumprimentar todos os presentes, em especial, a Senhora Comissária para a Política Regional, Corina Cretu.

A sua presença é de um especial significado, representa a continuidade de diálogo e de uma parceria ao mais alto nível, que registamos e saudamos com muito agrado.

Cumprimento, igualmente, os representantes dos Estados Membros, pela sua presença e pelo facto de estarem, em conjunto com as suas Regiões, na primeira linha de defesa do estatuto de ultraperiferia.

Destaco, a este propósito, o Acórdão “Mayote”, que fez jurisprudência – e História – ao afirmar inequivocamente, e com grande alcance político o artigo 349º a sua autonomia e suficiência, realçando o papel decisivo que Portugal, Espanha e França desempenharam como intervenientes no processo, apoiando a posição do Conselho e, desde sempre, das Regiões Ultraperiféricas.

Saúdo, neste contexto, de um modo muito particular, a presença e a sempre pronta disponibilidade e atenção da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus de Portugal, Margarida Marques.

Aos Deputados ao Parlamento Europeu, em particular às senhoras deputadas eleitas pela Madeira, deixo também uma saudação fraterna, salientando a defesa empenhada dos nossos interesses que levam a cabo na Casa da Democracia na Europa.

*Senhora Comissária*

Começo por registar e salientar o reforço dos meios humanos da Unidade RUP, que em boa hora entendeu determinar.

É, efetivamente, de uma importância nuclear para as nossas Regiões a manutenção de uma unidade dedicada – em exclusividade – às Regiões Ultraperiféricas e dotada dos recursos e meios adequados à sua missão.

Saúdo, por isso, todos aqueles que empenhadamente trabalham na Unidade RUP e em especial desejo os maiores sucessos à nova Chefe de Unidade, Sabine Bourdy, deixando também uma palavra de apreço, amizade e reconhecimento a Pascale Wolfcarius e a Paula Laissy, que a antecederam e marcaram a última década deste nosso trabalho conjunto.

O ano de 2017 é na verdade um ano exigente para a Unidade RUP, desde logo para a realização do Fórum RUP, sem dúvida, um importante contributo para análise multidisciplinar da ultraperiferia, com envolvimento ativo dos parceiros sociais das nossas regiões, e para a sua promoção junto das várias instituições, serviços e agentes em Bruxelas.

E não será menos desafiante a elaboração de uma nova Comunicação da Comissão.

Sabemos bem que ambas as tarefas implicam, para a Comissão, um conjunto apreciável de recursos, materiais e humanos, bem como uma por vezes difícil coordenação interdepartamental e interdisciplinar e muita pedagogia interna, no sentido do esclarecimento das características únicas do nosso estatuto junto das mais diversas Direções Gerais.

Mas pode também a Unidade RUP, Senhora Comissária, contar com a disponibilidade e um total empenho das nossas Regiões, desde logo, através do Memorando das RUP, que pretende iniciar este processo com pistas, questões, contributos e uma proposta de estratégia por parte das nossas regiões sobre o que falta implementar nesta nossa visão após 2020.

A este propósito, permitam-me que deixe, aqui, um convite. Ou melhor, um desafio, que respeitosamente lanço aos restantes agentes desta parceria reforçada e renovada:

- Aos Governos de Portugal, Espanha e França, para que se associem ao exercício de preparação e antecipação das negociações para o próximo período de negociações e que, com base no Memorando das RUP, possamos elaborar um documento conjunto, das Regiões Ultraperiféricas e dos seus Estados, dando ainda mais força e legitimidade a este trabalho junto das instituições europeias.

- Do mesmo modo, aos deputados ao Parlamento Europeu das Regiões Ultraperiféricas, para que, no mesmo contexto, façam uso das suas prerrogativas e proponham um Relatório de Iniciativa sobre as RUP, sobre o futuro – que é já amanhã – desta parceria, o seu aprofundamento e o seu aperfeiçoamento.

*Senhora Comissária,*

Permita-me que lhe reafirme aqui que as Regiões Ultraperiféricas serão, sempre, os seus maiores aliados na defesa da Política de Coesão, o que para nós significa convergência e solidariedade no espaço europeu, o mesmo é dizer, promoção do investimento, competitividade nas nossas regiões.

Não podemos permitir um desinvestimento, nem uma fragmentação, desta política nuclear da União Europeia.

Muito menos admitir que a Política de Coesão seja substituída por fundos de partilha de riscos ou por outros instrumentos de engenharia financeira que apenas beneficiam os grandes centros e que não têm em conta aqueles territórios que, pela sua pequena dimensão, fragmentação e distanciamento não têm escala, nem projetos com a dimensão para interessar aos grandes investidores.

E sejamos claros: contra aqueles que defendem uma desvalorização da política regional – quer seja através de uma sua “renacionalização”, quer seja através de um seu menor financiamento ou, ainda, de um reforço, em seu detrimento, de outras políticas sectoriais – defendemos uma política de coesão robusta, que permita alavancar o investimento, o emprego e a competitividade, sem fatores de incerteza, mas sim com estabilidade e previsibilidade, que esteja ao serviço das regiões e próxima dos cidadãos.

Tomo boa nota e saúdo os meus colegas das RUP pela sua solidariedade constante com os agricultores e produtores de leite da minha Região – solidariedade aqui bem expressa, em nome de todos, pelo Presidente da Conferência, Miguel Albuquerque, a quem agradeço.

Perante os efeitos particularmente graves nos Açores, da crise do leite e da degradação de preços ao produtor e rendimentos, o Governo dos Açores reitera que da avaliação em curso do POSEI deverá resultar um envelope financeiro complementar para o setor de leite.

Só um apoio complementar e extraordinário ao POSEI, que compense o impacto económico e social provocado por esta desregulação e difícil situação dos mercados poderá efetivamente contribuir para assegurar a competitividade do sector do leite dos Açores em relação à produção do restante espaço europeu.

Outra das preocupações que lhe trago – e à qual, embora fora do seu portfolio mais direto sei que saberá dar o seguimento adequado – prende-se com o sector das pescas, fazendo minhas as preocupações já aqui trazidas sobre a sustentabilidade do sector, sobre a renovação e apoio às frotas artesanais. Mas trago aqui também a necessidade de reconhecimento da pesca de atum de salto e vara como amiga do ambiente.

Este tipo de pesca, que praticamos nos Açores, não pode ter o mesmo tratamento que uma pesca com redes e, a montante, que deve ser crucial a implementação de restrições, à pesca industrial e sobrepesca que se pratica no Atlântico, às artes de cerco e ao uso exacerbado de tecnologias

para agregação de peixe, fatores que poderão limitar o acesso dos cardumes, nomeadamente de atum, ao mar dos Açores.

Por outro lado, espécies existem que novos dados científicos disponíveis, em resultado também da gestão regional responsável do esforço de pesca, revelam um aumento gradual da abundância.

Tal aconselha o aumento das quotas de pesca para embarcações tradicionais e artes não predatórias relativamente a espécies com um valor e importância económica fundamental para os pescadores da minha região, caso, por exemplo, do goraz.

Permitam-me ainda uma referência a uma questão mais transversal e merecedora da preocupação generalizada de todas as nossas Regiões, como aliás tivemos oportunidade de constatar ontem [na Sessão Temática “As RUP e o transporte marítimo e aéreo: Desafios e Oportunidades”].

As acessibilidades continuam no centro de qualquer política de desenvolvimento para as nossas regiões e lamentamos que instrumentos como as Redes Transeuropeias de Transportes não tenham, ao contrário das nossas expectativas, tido em conta a potencialidade da nossa localização estratégica e contribuído de forma eficaz para melhorar a interligação das RUP.

Termino com duas referências a projetos estruturantes para a minha Região – os Açores - cujo território, terrestre e marítimo, projeta a Europa no Atlântico, neste que é um imenso oceano de estabilidade política, de vitalidade económica, com imenso potencial também energético e em todas as áreas do crescimento azul.

Conforme recomendação da Comissão de Ambiente do Parlamento Europeu, a instalação nos Açores de uma estação de abastecimento de navios com Gás Natural Liquefeito (GNL), promovendo a localização geoestratégica dos Açores como ponto fundamental na rede europeia de fornecimento de GNL com interesse para toda a União.

Concomitantemente, a afirmação dos Açores como porta marítima de entrada na Europa, através da criação de um Hub de transshipment, contribuído, entre outros benefícios, para a redução da congestão que se verifica nos principais portos continentais europeus, bem como da pressão sobre o *interland* terrestre.

Finalmente, Senhora Comissária, o desenvolvimento do projeto *Azores International Research Center*, um centro de investigação internacional em áreas como as ciências dos oceanos, as alterações climáticas, o uso de tecnologias espaciais e a análise de riscos naturais, com uma componente científica de excelência e uma dimensão ligada à exploração económica e de novos negócios.

Os Açores têm, efetivamente, condições extraordinárias para atrair a colaboração transatlântica. E como referi ontem, numa Europa que progressivamente se fecha nas suas fronteiras, e em crise profunda, as Regiões Ultraperiféricas representam a União que se abre ao mundo, a União que se projeta globalmente, a União que quer ainda afirmar-se como potência marítima mundial, que se abre a outras culturas, economias e áreas geográficas.

*Rodrigo Oliveira*

*Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas*

*Governo da Região Autónoma dos Açores*